

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais

Prestação de Contas do Governo 2025 – 1º Ciclo

3/6/2025 — 14 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Polícia Militar de Minas Gerais, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo 2025

Reunião da Comissão de Segurança Pública

Presidente da reunião: deputado Sargento Rodrigues

Data: 3/6/2025

Horário: 14 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte-MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

A Comissão de Segurança Pública recebeu, em 3/6/2025, Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, que prestou informações sobre a gestão de suas respectivas áreas de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: www.almg.gov.br. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Segurança Pública: deputado Sargento Rodrigues (presidente).

Poder Executivo: Carlos Frederico Otoni Garcia, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Demais presenças: deputada Chiara Biondini e deputados Antonio Carlos Arantes, Arnaldo Silva, Bruno Engler, Delegado Christiano Xavier, Enes Cândido e Lincoln Drumond.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, o comandante-geral da Polícia Militar apresentou resultados e ações da corporação no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, sendo em seguida questionado pelos parlamentares presentes acerca de pontos específicos. Os principais temas discutidos foram conforme a seguir.

1) Efetivo e carreira

- Efetivo atual: total de 37.586 militares, dos quais 3.422 oficiais e 31.963 praças da ativa e 308 oficiais e 1.893 praças da reserva designados para o serviço ativo.
- Servidores civis: a corporação conta com 4.543 servidores civis, dos quais 1.820 efetivos e 2.723 designados.

- O efetivo previsto na Lei nº 22.415, de 2016, é de 51.669 militares. Entretanto, por força do limite prudencial decorrente da Lei de Responsabilidade Fiscal, a partir de 2015, o efetivo está fixado no teto de 40.024 militares. A partir de setembro ocorrerá o curso de formação de soldados, relativo ao concurso em andamento, sendo que 3.102 concursados passarão pelo curso e estarão prontos para o serviço a partir de 2026. Com esses novos soldados, a corporação chegará ao limite do efetivo, sendo que a partir de então, a recomposição se daria por substituição. Comparando-se o efetivo atual (37.586 militares) com o previsto na referida lei, verifica-se um **déficit de 27,25%**.
- Promoções: em 25/12/2025, 546 oficiais e 1.013 praças serão promovidos. Por decorrência de término de curso e necessidade de serviço, CHO e CFS, 517 militares serão promovidos. Por término de curso e tempo de serviço, CEFS e promoção por tempo de serviço Cabo, serão 4.153 promoções. Além disso, ocorreram 6 promoções extemporâneas e outras 29 por ordem judicial. Ao todo, 6.264 promoções até o final de 2025.
- Movimentações: a modernização do Sismov promoveu maior transparência nas movimentações, de forma a mitigar problemas anteriores. Houve a redução do prazo para solicitar nova movimentação, sendo que o militar pode requerer novamente após um ano da movimentação anterior. Todos os militares têm acesso ao sistema, seja para solicitar a movimentação, seja para o acompanhamento da ordem do pedido.

2) Logística e infraestrutura

- Foram informados os quantitativos de 62.370 armas (49.357 de porte e 13.013 portáteis); 9.805 viaturas (1.440 locadas); 30.149 rádios de comunicação; 32.849 coletes balísticos em estoque e 5.628 armas de incapacitação neuromuscular, com previsão de aumento por novas aquisições.
- Aquartelamentos: 341 unidades com sede própria, 5 com sede alugada, 768 com sede cedida ou custeada por município, com um total de 1.114 quartéis.
- Infraestrutura tecnológica: a) Inclusão de drones, sendo que tais equipamentos apresentam custo-benefício relevante, possuindo capacidade para utilização, por exemplo, de sirene, sinal luminoso e dispositivos para comunicação; tais dispositivos se somam como uma estratégia para potencializar a capacidade e a abrangência de patrulhamento. b) Cercamento Digital das Cidades, que envolve, para além do monitoramento por câmeras, a integração de tecnologias e sistemas, como os sistemas Hélios e o de reconhecimento facial, propiciando melhorias, por exemplo, nos controles de acesso e saída das cidades. c) Otimização do sistema Hélios, de forma a aprimorar a identificação de veículos roubados, furtados, impedimentos, participação em delitos ou com outros registros, em

idades e também estradas. d) Projetos de biometria facial, para identificação de indivíduos com mandados de prisão em aberto; a tecnologia possibilitou até o momento a captura de cerca de 470 pessoas.

3) Promoção da saúde e combate ao assédio moral e ao abuso de autoridade

- Desde 2018, têm sido implementadas ações e atividades voltadas para a saúde mental dos policiais militares, inseridas inclusive nos treinamentos. Foram mencionados: Cursos EAD “Qualidade de vida em tempos de pandemia”; contratação de psicólogos civis (pró-labore); ambulatório e tratamento de reintegração do alcoolista; Comissão de Acompanhamento e Controle de Letalidade; e Programa de Preparação para a Reserva.
- Estrutura e assistência à saúde: 68 Unidades de Atenção Primária à Saúde nas 19 RPMs; 19 médicos psiquiatras militares e 3 civis, mais 9 residentes, todos na clínica de psiquiatria do HPM; além da rede credenciada, com hospitais e clínicas com psicólogos e psiquiatras.
- Instituída a Diretoria de Proteção Social, em substituição à Diretoria de Saúde, com vistas a ampliar a capacidade de gestão do órgão no que toca à assistência à saúde. O Centro de Promoção Social passou a integrar, assim, a estrutura da nova diretoria.
- Criação de duas comissões relacionadas à promoção da saúde militar: 1ª) Comissão para trabalhar na reestruturação e readequação das ações de saúde na PMMG, composta por três subcomissões: subcomissão 1 – qualidade de vida na jornada policial militar, rumo à reserva ativa (relacionada à melhoria e ao aprimoramento do atual Programa de Preparação para a Reserva); subcomissão 2 – atualização das normas do Programa de Saúde Ocupacional; e subcomissão 3 – atualização da Instrução Conjunta nº 2/2018, frente a novas tecnologias de atendimento e atuação da Rede Orgânica de Saúde (visando aumentar a capacidade de atendimento da rede orgânica, inclusive no que toca à implementação de teleconsultas, por exemplo). 2ª) Comissão para estudos visando ao aprimoramento da gestão da saúde e proteção social, também dividida em subcomissão 1 – expansão da rede orgânica de atendimento à saúde (a partir da identificação das localidades e especialidades médicas que geram mais gastos na rede conveniada, visando à expansão da rede orgânica a depender de um custo-benefício válido); subcomissão 2 – análise e modernização da gestão da saúde; e subcomissão 3 – regulamentação do uso da rede contratada de atendimento à saúde.
- Programa de prevenção e promoção de saúde mental do policial militar: as ações estão presentes em normas institucionais, sendo desenvolvidas atividades desde o curso de formação, com várias

medidas de assistência social desenvolvidas pelo Centro de Promoção Social do Policial Militar, tudo visando ao cumprimento no Estado do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública – Pró-Vida.

- Projeto PM em Ação: objetiva fomentar a prática de atividade física, sendo que os militares que se estabelecerem nos requisitos do projeto serão destacados. Foi finalizado um projeto-piloto, que se mostrou exitoso, com militares que demonstraram melhora significativa na qualidade de vida, pelo que a ideia é que o projeto seja ampliado para toda a corporação.
- Assédio moral: até o dia 30/4/2025 foram registrados 15 casos, com 8 processos instaurados, 4 solucionados e 4 em andamento; a não instauração de procedimentos se deu em razão da ausência de subsídios ou fundamentos necessários.
- Abuso de autoridade: em 2025 foram registrados 661 casos, com 449 processos instaurados, 196 solucionados e 253 em andamento.
- Programa de Integridade do Estado: no âmbito da PMMG, foram implementadas ações didáticas direcionadas aos discentes dos cursos da corporação, referentes ao Plano de Integridade criado; atualização do Manual de Processos e Procedimentos Administrativos; mapeamento dos macroprocessos de contratação na organização, com base na nova Lei de Licitações e Contratos; movimentações de militares em conformidade com critérios técnicos delineados no Plano de Ação do Comando; capacitação e treinamento do efetivo sobre a transparência ativa; e elaboração de guia de transparência ativa da PMMG.

4) Planejamento estratégico

- Foram promovidas atualizações no que toca à gestão do desempenho operacional e administrativo.
- Sobre os resultados do desempenho operacional, foram apresentados, no período 2024-2025, redução de 7,41% de mortes violentas, redução de 11% de homicídios consumados; redução de cerca de 27% de crimes de feminicídio; redução de cerca de 29% de crimes violentos contra a pessoa; redução de 17,63% de crimes violentos contra o patrimônio; redução de crimes de furto; mais de 11 mil prisões em cumprimento de mandados.

5) Pontos destacados pelos parlamentares

- Importância da posição estratégica adotada pelo Comando no que toca à proibição do policiamento unitário e ao estabelecimento do mínimo de 8 policiais em cada destacamento.

- Apoio e proteção, por parte do Comando, do policial militar Emanuel Lima, que, durante o seu plantão no dia 8/4/2025, enfrentou sozinho o ataque de cerca de 30 criminosos ligados ao PCC à 79ª Companhia do 43º Batalhão da Polícia Militar, em Guaxupé, na divisa com o Estado de São Paulo, sendo que o militar agora enfrenta dificuldades com a gestão local, especialmente em relação à transferência por ele solicitada.
- Importância de recomposição e fortalecimento das unidades com menor número de policiais para garantir a supremacia de força em toda atuação, como forma de promover a efetiva capacidade de resposta em todo o Estado.
- Aperfeiçoamento do cinturão de segurança pública, considerando-se os 135 municípios que fazem divisa com outros estados, mais expostos à aproximação ou à chegada de organizações criminosas: o comandante-geral informou que há uma comissão promovendo estudo sobre o redesenho desse projeto, inclusive no que se refere ao efetivo adequado para cada unidade envolvida em razão de suas características específicas, considerando-se especialmente as cidades limítrofes com rodovias de atenção e com outros estados. Além disso, a corporação está reforçando as estruturas do trânsito rodoviário, tendo sido mencionadas a reinauguração da sede de Poços de Caldas, na divisa com São Paulo, e as ações desenvolvidas pela 5ª RPM, na divisa com o Mato Grosso do Sul, especialmente por parte do batalhão rodoviário, que tem potencializado as ações na região com significativas apreensões de drogas, por exemplo. Também há um planejamento para que o cercamento digital seja mais bem integrado nas cidades e rodovias de todo o Estado.
- Insistência, por parte de alguns comandantes de unidades, da exigência de uso de aplicativos de mensagens por meio celulares particulares dos militares, pelo que se faz necessária a ratificação dessa proibição por parte do Comando, nos termos do memorando já editado, de forma a impedir efetivamente essa prática.
- Impactos do decreto estadual de contingenciamento de despesas,¹ quais áreas foram afetadas, houve ou há previsão de corte de recursos e quais os quantitativos: segundo o comandante-geral houve um contingenciamento de pouco mais de R\$47 milhões do orçamento total previsto na LOA de R\$458 milhões. No que se refere a ajudas de custo e diárias, serão feitas readequações relacionadas a cursos e treinamentos e outras despesas administrativas, sendo que as diárias relativas a empenho operacional serão mantidas de forma integral para as patentes abaixo de capitão. No tocante à aviação, foram realizadas adequações em gastos com manutenções e uso de combustível, por exemplo, sem impactos operacionais. O mesmo ocorreu com relação ao

¹ Decreto nº 49.025, de 19/4/2025: Dispõe sobre o contingenciamento de despesas no âmbito da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, das empresas dependentes e dos fundos estaduais e altera o Anexo do Decreto nº 48.985, de 29/1/2025.

combustível das viaturas, lembrando que essa despesa representa cerca de 3,5% do total previsto na LOA. Assegurou, ainda, que nenhum dos valores contingenciados vai impactar na atividade-fim da PMMG, tendo sido feita a gestão interna para essa organização.

- Verificação da pertinência e da legalidade quanto à exigência do cumprimento de metas nos termos estabelecidos no Programa de Incentivo à Produtividade – PIP – e no Gerenciamento de Resultados – GDO: diante do questionamento, o comandante-geral solicitou à presidência da Comissão de Segurança Pública informações mais detalhadas sobre tais irregularidades, afirmando que a nova GDO trouxe a perspectiva de monitoramento do esforço e da aplicação inteligente de recursos humanos e logísticos, não necessariamente do resultado, já que o resultado esperado não depende ou não se vincula exclusivamente à Polícia Militar. Ponderou ainda sobre a relevância da aplicação associada de modalidades complementares, como o patrulhamento e a presença policial, por meio dos pontos base definidos mediante a incidência criminal e outros critérios.
- Dificuldades na cobertura de saúde no Estado, especialmente em relação a Betim e Contagem, após a suspensão dos atendimentos no Hospital Mater Dei: o comandante-geral informou que a proposta apresentada pelo Grupo Mater Dei não foi viável comercialmente, por isso não foi mantida. Assegurou, no entanto, que a assistência está ocorrendo nos municípios, por meio das várias clínicas credenciadas na RMBH, que continuam realizando todos os atendimentos.
- (In)segurança na Pampulha: foi informado que o policiamento foi potencializado na região, com a prisão de dois indivíduos que praticavam, com a utilização de motocicleta, roubos e furtos. Foi lembrada a necessidade de uma atuação conjunta efetiva pelas instituições de justiça, com a devida punição dos infratores, considerando que há casos de pessoas que já foram presas dezenas de vezes pela Polícia Militar mas estão em liberdade.
- Ampliação das bases móveis e reforço do policiamento na RMBH, com menção, para prioridade, dos Municípios de Santa Luzia, em face do aumento da criminalidade violenta na cidade, e de Belo Horizonte, inclusive em corredores comerciais importantes, em face de reiterados roubos e furtos.
- Instalação de uma unidade do Colégio Tiradentes em Santa Luzia e Lagoa Santa: o comandante-geral apontou que espera que haja viabilidade financeira para a implantação dos colégios, nessas e em outras cidades.
- Demanda por coletes balísticos, com relatos de policiais utilizando coletes com prazo de validade vencido: segundo o comandante-geral, desde a gestão anterior, há um plano de compra de coletes, para renovação e recomposição desses equipamentos anualmente, em que pese a validade ser uma referência adotada, sem que o colete perca a eficiência. Neste ano já foi feita a aquisição de coletes,

sendo que carga ainda será entregue e distribuída. Acrescentou que nos termos de convênios que são formalizados pela PMMG consta o mínimo de 10% dos recursos para a compra de coletes. Lembrou que quaisquer informações com relação à insuficiência de coletes, mas também acerca de outras questões, podem ser direcionadas pelos militares pelas ferramentas de comunicação disponíveis, como o “Fale com o Comando”, para a gestão das demandas.

- Pagamento do auxílio-alimentação a servidores da segurança pública com carga horária reduzida, tendo sido feita a solicitação ao Comando de realização dos estudos necessários a respeito, visando ao atendimento dessa demanda.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos

- Análise da situação funcional do policial militar Emanuel Lima, da 79ª Companhia do 43º Batalhão da Polícia Militar de Guaxupé, nos termos apresentados na reunião.
- Continuidade das tratativas, inclusive por meio de reuniões com a comunidade, e adoção de ações de policiamento complementares para o aumento da segurança na região da Pampulha.
- Apuração da situação e da incidência criminal em Santa Luzia e análise das medidas aplicáveis visando à mitigação dos problemas e à ampliação da segurança no município.

V – Encaminhamentos parlamentares

Requerimento

RQN nº 12.400/2025: pedido de informações ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – sobre os valores recebidos pela PMMG via Tesouro Estadual para custeio e investimento, com os detalhamentos dos repasses de recursos financeiros realizados pela União e daqueles decorrentes de acordos; sobre os coletes com prazo de validade já expirado ou com prazo de validade próximo do vencimento, especificando-se o número de coletes nessas condições e as medidas que estão sendo adotadas com vistas à substituição desses equipamentos de segurança; sobre o total de policiais militares na ativa, discriminados por posto e graduação, apontando-se o déficit total e por cargo e as medidas efetivamente adotadas com vistas à recomposição do quadro de pessoal da corporação; sobre as viaturas, os armamentos e outros equipamentos operacionais em estado de conservação que prejudica ou inviabiliza seu uso e coloca em risco a segurança de militares e cidadãos, relacionados e com a indicação

das medidas que estão sendo efetivamente adotadas com vistas à manutenção ou substituição desses itens; sobre o contingenciamento de despesas (Decreto nº 49.025, de 2025), especificando-se se houve restrição ou interrupção no fornecimento de combustível e, em caso positivo, detalhando-se a data de início, o tempo de duração ou se a restrição ainda persiste; os impactos desse contingenciamento na corporação, indicando-se os serviços e as áreas afetadas; os valores contingenciados; as formas pelas quais a corporação procedeu à contenção de gastos, tanto em relação a diárias operacionais e combustíveis quanto em relação a outras despesas afetadas pelo decreto mencionado.

<https://www.almg.gov.br/projetos-de-lei/RQN/12400/2025>).

Belo Horizonte, 17 de setembro de 2025.

Deputado Sargento Rodrigues

Presidente da Comissão de Segurança Pública